

## RED INTERUNIVERSITARIO ENSINO SUPERIOR Y POBLACIONES INDÍGENAS

A Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição de formação em educação superior do Brasil, foi criada em 1957. Em 2013 contava com uma população universitária de 61.064 indivíduos, entre professores, alunos e técnicos-administrativos, sendo, atualmente, a maior universidade pública da Amazônia brasileira. No momento, desenvolve duas experiências significativas de inclusão de atores e saberes indígenas, afrodescendentes e ribeirinhos.

O Projeto **Ka'a namõ jumu'e ha katu - Aprendendo com a Floresta / Projeto Pedagógico e Curricular da Educação Básica Ka'apor**, da Associação Indígena *Ka'apor ta hury*, conta com o apoio extensionista do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLSA) desde 2013, mediante orientação pedagógica ao projeto, na Terra Indígena Alto Turiaçu, na Amazônia Oriental, com assessoramento no estudo e sistematização da língua indígena, para estabelecimento de acordo ortográfico e implementação de material didático. Além deste, outros objetivos são:

- a) organizar a escolarização em Ciclos de Formação Indígena Inicial e Continuada com Alternância Pedagógica Indígena de Estudos;
- b) promover a formação multilíngüe, intercultural e interdisciplinar.
- c) estimular a Educação Plena e qualificada para a Formação Social e Profissional Indígena.

As atividades pedagógicas de assessoramento são desenvolvidas mediante dois momentos:

- a) Tempo-Aldeia: considerado tempo de vivência, pesquisa, experimentação e ressignificação dos conteúdos escolares e dos saberes/práticas tradicionais.
- b) Tempo-Estudo: considerado o momento de elaboração e sistematização da reflexão sobre a vida na família/comunidade e, partindo da produção e da realidade social, quando os educandos devem se apropriar dos conteúdos científicos. A direção do sítio é: <http://pplsa.blogspot.com.br/>.

O outro projeto é o **Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento** da Faculdade de Etnodiversidade, do Campus Universitário de Altamira, na Amazônia Centro-Oriental brasileira, que ocorre desde 2010. É oferecido a pessoas indígenas, quilombolas, agricultoras, pescadoras, ribeirinhas, extrativistas e participantes do movimento negro e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por considerar o ponto de vista dos povos indígenas e comunidades tradicionais que o demandam, enquanto campo de conhecimento e campo político em busca da autonomia, da valorização e do respeito à diversidade. A proposta respeita os referenciais socioculturais das comunidades demandantes, compreendendo a produção de conhecimento politicamente correto segundo os interessados que, sem fugir à tradição cultural e, até, em observância a mesma, possuem a expectativa de formar quadros capazes de gerir os recursos naturais e os demais projetos político-administrativos no

âmbito da educação, da saúde, da geração de renda, entre outros campos necessários ao cotidiano, além de interagir com os demais grupos sociais de forma pertinente e com competência suficiente para definir o que seja adequado e importante para o desenvolvimento social de suas comunidades. A formação em Etnodesenvolvimento traz consigo o princípio de que sem se considerar o ponto de vista daqueles a quem ela é destinada, não há como garantir direitos respeitando a diferença e a diversidade.

O Etnodesenvolvimento é construído em dois eixos: (1) a **autonomia** vivida como capacidade de posicionar-se; elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos; ter discernimento e organizar-se em função de escolhas; governar-se e participar da gestão de ações coletivas; estabelecer critérios e eleger princípios éticos fundamentais ao desenvolvimento social.; (2) a **diversidade**, tomada como valor máximo no respeito às diferenças que enriquecem e procuram superar as desigualdades e princípio comprometido com a equidade, enquanto orientação para a instituição do pluralismo e a interculturalidade.

No âmbito da pesquisa, os docentes do Curso têm produzido projetos de pesquisa nos seguintes temas de estudo: patrimônio cultural; povos indígenas; direitos das crianças e dos adolescentes; violência sexual; grandes obras; línguas étnicas e escolarização; etnodesenvolvimento. Tais projetos possuem diversos trabalhos acadêmicos publicados, em revistas científicas, livros e anais de eventos acadêmicos.

No campo do ensino, há atividades de visita, monitoramento, reuniões e oficinas temáticas desenvolvidas junto aos grupos de pertença dos discentes do Curso, em cada período de Tempo-Comunidade, como parte da metodologia da Pedagogia da Alternância.

Na atualidade, existem três turmas no Curso, com uma presença de 12 indígenas, das etnias Assurini, Curuaia, Juruna, Xicrín e Xipaia, todos povos indígenas da região do Médio Xingu. O Curso também possui um docente indígena, da etnia Xakriabá, que constitui-se no primeiro docente indígena ingressante na UFPA, com especialidade no campo da saúde e da educação.

**WEB:** <http://altamira.ufpa.br/> e [http://altamira.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25&Itemid=19](http://altamira.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=19)